



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO UM MIL E QUARENTA

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Pedro Gilson Jahn, o Vice-presidente Mário César Ajala o Segundo Secretário Luciano Ricardo Sandrin e os vereadores: Ademar Gauger, Neide Girardi Ferrari, Bernardino Scuttá, Claudir Antônio Ludwig, Jonas Rauschkolb e Dálitan Pasa. O Secretário leu um trecho da Bíblia. A ata da Sessão anterior foi encaminhada aos Vereadores anteriormente para leitura, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Foi lida a ementa do projeto que deu entrada na Casa: Projeto de Lei do Legislativo 04 que dispõe sobre o funcionamento de casas de carnes, estabelecimentos de comércio varejista de carnes in natura e/ou transformadas, açougues de minimercados, mercados, supermercados e estabelecimentos afins, no município de Barão. Foi lida também indicação apresentada pelo Vereador Luciano Ricardo Sandrin que sugere a construção de banheiros, cozinha e camarins no Centro Cultural com a segunda parcela do Programa da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, a ser recebida pelo Município. O Presidente questiona o vereador Ademar Gauger, vereador mais idoso da Casa, se tem intenção de assumir o cargo de Segundo Secretário da Mesa Diretora, uma vez que o vereador Luciano substituirá o Secretário Alexandre. Ademar diz que não consegue fazer muita leitura e assim o Presidente designa a vereadora Dálitan para as atribuições de segunda secretária. Passando a análise dos projetos o Presidente colocou em pauta o projeto de Lei 2983 que abre crédito especial por excesso de arrecadação no valor de R\$ 205.000,00. O projeto havia ficado na Casa por decisão do Presidente que convidou uma representação do Executivo para explicar as dúvidas do projeto. Desta forma, o Presidente passou a palavra ao assessor jurídico do Executivo que iniciou sua explanação cumprimentando a todos. Falou sobre o projeto dizendo que o mesmo se refere ao pagamento de honorários de sucumbência. Comenta que toda a abertura de crédito precisa passar pela Câmara, diz que a amarração do pagamento destes honorários é diferente do normal. Neste caso em específico o município receberá uma área de terra no valor dos honorários. Comenta que houve uma orientação da DPM para que fosse feito desta forma. Salienta que não há pagamento em duplicidade, e se for feita a conta com as informações que constam no projeto é possível identificar que o município vai receber área a mais. Então esclarece que o município paga os honorários, mas recebe em área de terras, ou seja, na verdade quem está pagando é o réu do processo. Na época entenderam ser melhor amarrar desta forma, uma vez que o réu não dispunha de recursos para pagar as custas e o município ainda recebe uma área de terras maior. Lembra também que o assessor não pode receber mais do que o Prefeito mensalmente e ressalta que o projeto está cumprindo todas as Leis vigentes. Salienta ainda que os advogados que vão receber os honorários são aqueles que estiverem a frente no processo ao final do mesmo. Quanto a menção de improbidade administrativa diz que os vereadores da legislação passada puderam acompanhar o trâmite que foi muito transparente. Diz que o projeto trata única e exclusivamente de uma abertura de crédito. Salienta que o valor é depositado em juízo e quem libera o pagamento é o juiz, sendo esta questão regulamentada na Lei aprovada no início do ano. Salienta ainda que não foi possível prever o pagamento por Decreto, uma vez que a amarração exigiu uma abertura de crédito específica. Claudir diz que sempre defendeu que o município deveria ter uma área maior a fim de projetar algo pro bem estar da população. Comenta o bom negócio feito pelo município, diz que foi graças a um trabalho longo e parabeniza todos os envolvidos na questão. Bernardino diz que o discurso do colega Claudir é bonito, mas se refere ao ano de dois mil e vinte e dois. O Presidente diz que o colega Bernardino sempre pede para que ele conduza os trabalhos, então solicita ao colega Bernardino que deixe o Claudir concluir seu pensamento. Claudir então continua dizendo que a

Rua da Estação, 1033 Sala 102 - Fone: (51) 3696 1047
95730-000 - BARÃO - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

logística da área é excelente, além disso será possível buscar recursos em Brasília para um parque ou um ginásio maior. Diz que a área é um sonho que se torna realidade. Luciano questiona se o valor pode ser rateado. O assessor jurídico diz que quem define quem e quanto vai receber é o juiz, e salienta que como o processo é de muitos anos, pode ser que os honorários de sucumbência sejam rateados entre todos os advogados que estiveram à frente do processo. A pedido do Vereador Pedro Gilson, o assessor Geison explicou como se chegou ao valor do metro quadrado da área. Pedro Gilson comenta ainda sobre alguns comentários feitos na última sessão e deixa claro que quem está pagando é o sucumbente. Bernardino diz que não concorda e não vai discutir o assunto. Neide diz que tem muito respeito por todo o serviço realizado por todos os envolvidos, mas diz que o principal foco do Legislativo é fiscalizar o Executivo. Não sabe se foi uma falha ou esquecimento, mas em lugar algum está escrito que o sucumbente está pagando com área de terra. Como vereadores é preciso pensar na construção de Leis claras e de fácil entendimento. Não discute a Lei de dois mil e vinte e dois, não se coloca contra qualquer acordo, mas não está esclarecido que o pagamento será feito através de área de terras. A Legislação vigente ampara esse acordo, mas no artigo consta que é a Prefeitura quem vai pagar. É preciso ser o mais claro possível. Geison discorda e diz que quando é feita a conta está claro, no artigo terceiro também menciona que quem paga é quem perde, ou seja, o seu Valério. Neide diz que não esclarece. Mário comenta que não diz em lugar algum que o município é réu. Acredita que estão complicando o que não precisa ser complicado. Questiona a colega qual sua sugestão, ou questiona se está querendo atrapalhar. Neide rebate a crítica e diz que não é uma vereadora que vem para atrapalhar e sim para somar, além de deixar as coisas as claras. Salienta que o artigo deveria ser mais claro. Geison diz que se a Lei for lida como um todo é bem entendida. Salienta que não é possível entrar na mente de todos os vereadores e identificar o que cada um gostaria que constasse no projeto. Diz que está sempre a disposição para prestar esclarecimentos. Luciano ressalta a importância deste projeto para o município e menciona a questão do Cantarera que pode ser resolvida também, assim como outras questões que poderão ser resolvidas. Ressalta que é preciso colocar em primeiro lugar os interesses do município. Neide faz a leitura de um trecho da justificativa que menciona que os valores dos honorários de sucumbência deverão ser suportados pelo município. Claudir questiona o quanto sai dos cofres públicos para tomar posse da área. Pedro Gilson diz que essa questão já foi bastante discutida, ressalta que algumas coisas estão nas entrelinhas, mas em todos os lugares é assim. Falou da importância de interpretar as Leis e fazer sempre o melhor possível em prol de nossa comunidade. Entende as colocações da colega, mas interpretando todo o processo se chega ao entendimento apresentado pelo assessor. Claudir comenta que essa negociação se deu muito por amor a Barão. Neide diz que a leitura dá um grau de interpretação imenso para as pessoas e por isso coloca sua posição. Pedro Gilson concorda que muito se aprende de interpretação em uma sala de aula e diz que seria muito bom se o que se aprende em sala de aula fosse utilizado em todos os setores. Geison pede a palavra e explica a situação do Cantarera, dizendo que sim, esse projeto é um grande passo para a entidade, porém existem outros entraves. Diz que justo ou não justo o pagamento da sucumbência é devido. Salienta que o projeto trata exclusivamente de uma abertura de crédito, sendo que o município está fazendo uma troca. Diz que é engrandecedor estar na Câmara e diz que pretende sempre fazer o melhor possível para Barão. Bernardino agradece as argumentações do assessor e faz um pedido de vistas, pois diz que quer analisar o projeto especificamente. Não entra no mérito da área de terras que já é fato consumado, em dois mil e vinte e dois já foi definido. Lhe chamou a atenção que a maioria dos colegas supunham que estariam contra a área. Ninguém está discutindo a homologação dada pelo juiz, pede sinceramente que os colegas não tentem deturpar as opiniões. O projeto se refere a uma abertura de crédito que precisa seguir um regramento, outro ponto importante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

é que o devedor não está fazendo nenhum favor ao município, está apenas quitando uma dívida de mais de trinta anos. Se alguém está devendo, deve pagar. Concorde com a Neide, não vê problema em o município pagar a sucumbência, mas deveria estar claro no projeto. Comenta que leu todo processo e questiona se a área está cem por cento garantida. Geison comenta que na sessão passada foram feitos diversos questionamentos inclusive colocando a assessoria jurídica contra os demais servidores. Bernardino diz que isso não está em discussão, a única questão é de onde vem os recursos para pagamento. Pede vistas para que seja feita uma redação mais clara sobre a situação da compensação e também sobre a forma de pagamento. O Presidente diz que como o projeto se refere a uma abertura de crédito não será possível mexer muito no corpo da Lei, mas a justificativa pode ser reavaliada. Diz ainda que na sessão passada foram levantadas várias questões, que tudo podia ser falado, hoje nada se enquadra na discussão. Bernardino reconhece que pode ter se equivocado em algumas manifestações, mas sua intenção era questionar a forma de pagamento. Se foi ofensivo, pede desculpas, mas sua intenção era dar segurança jurídica para todos. Neide diz que quando ponderou a situação na semana passada, jamais teve a intenção de jogar um contra o outro, mas todos sabem que é difícil beneficiar alguém quando a maioria dos servidores esperam por benefícios. Desta forma o projeto permanece na Casa. O Presidente colocou em pauta o projeto de Lei 2989 que abre Crédito Suplementar por redução orçamentária no valor de R\$ 463.535,00. O projeto havia ficado na Casa devido a dúvida referente a nomenclatura da rubrica de redução, a qual menciona o RPPS. Pedro Gilson explica que essa é a penas uma descrição contábil da rubrica criada pelo TCE. Pede desculpas pelo equívoco. Desta forma o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido projeto de Lei 2990 que autoriza o poder Executivo a doar bens móveis (caixas d'água) às associações de moradores que especifica e dá outras providências. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto foi colocado em discussão. Claudir diz que o projeto é muito bom, lembra que está a frente da Consulta Popular há mais de vinte anos. Graças ao esforço de várias frentes o resultado, mesmo tardio, chega ao Município. Esse recurso se refere ao ano de dois mil e vinte e um. Salienta que quando coordenou o projeto das hortas nas escolas identificou a necessidade de uma caixa de água em cada escola, além das escolas serão beneficiadas as associações de água. Bernardino diz que o projeto poderia ser ampliado para outras associações, lembra da Carreteada e o Piquete de Linha Pimenta, duas entidades que precisam de muita água em seus eventos. Pedro Gilson comenta que a ideia de uma associação para a turma da carreta está tomando forma. As associações que estão regulares poderiam se beneficiar. Luciano comenta que o projeto é específico para as associações de água. Pedro Gilson diz que poderia ser feita uma emenda supressiva. Neide comenta que deixaria o projeto assim, pois o interior precisa de uma reserva de água. Todos concordam e assim aprovam o projeto por unanimidade. Foi lido em seguida projeto de Lei 2991 que abre crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O parecer da Comissão é favorável e o projeto foi colocado em discussão. Não havendo considerações por parte dos vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade. Por unanimidade também, os vereadores aprovaram o projeto de Decreto 02/2025 que aprova a prestação de contas da Gestão Fiscal do Primeiro Quadrimestre de 2025 do município de Barão. Em seguida foi lida moção de apoio à realização de auditoria no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE Saúde. A formação de uma comissão parlamentar de inquérito – CPI, visa fortalecer a governança, melhorar o controle e assim, reafirmar o compromisso com a transparência. Mário comenta que são mais de trezentas câmaras no Estado que aprovaram esta Moção, é direcionada a direção do IPE. Ressalta que de um tempo pra cá os servidores vêm perdendo mais em valores e recebendo menos benefícios. Espera o apoio dos colegas e que essa mobilização dê algum resultado positivo. Neide diz ser louvável a atitude do vereador

Rua da Estação, 1033 Sala 102 - Fone: (51) 3696 1047
95730-000 - BARÃO - RS

Mário, comenta que são mais de novecentos mil usuários do plano, diz ser favorável e agradece a iniciativa. Mário comenta que o IPE é também o fundo de aposentadoria dos servidores. Claudir diz ser favorável e salienta que é uma forma de mostrar força de uma classe em busca de melhorias no atendimento aos usuários. Os vereadores comentam a sistemática da direção do fundo. Mário comenta que existem algumas coisas sem explicação na saúde pública, pois é mais fácil conseguir atendimento pelo SUS do que pelo IPE. Os vereadores foram unânimes na aprovação da Moção, desta forma os vereadores endossam e assinam a Moção. Nas considerações finais, Dálitan cumprimentou a todos e agradeceu a presença e os esclarecimentos trazidos pelo assessor Geison. Desejou a todos uma boa semana. Luciano cumprimentou a todos e comentou sobre a possibilidade de a Câmara ter um plano de saúde para os vereadores e servidores. Desejou a todos uma ótima semana. Pedro Gilson comentou que o assunto sobre o plano de saúde já foi levantado no Legislativo, pede ao jurídico para estudar essa possibilidade. Acredita ser possível, mas é preciso estudar a forma de proceder. Comentou que já fez várias indicações referente a interligação da rede de água, diz que vai apresentar novamente indicação a fim de que seja feita a interligação de toda a rede de água e assim melhorar o abastecimento. Comentou que grande parte da comunidade de Linha Francesa está sem água devido a um problema no quadro de comando. Salientou que a interligação minimizaria o problema da falta de água, sendo que quando houvesse algum problema em uma determinada rede, outra rede poderia ser ativada para atender aquela comunidade. Bernardino questionou como está sendo realizado o abastecimento na comunidade. Pedro Gilson diz que têm outros poços mandando água pra dentro da rede, mas não é o suficiente. Talvez mais interligações possam resolver o problema. Mário cumprimentou a todos e diz que a audiência da sessão é alta. Lembra que comentou sobre o Hospital São José e algumas pessoas lhe procuraram dizendo que foram muito bem atendidos pelas enfermeiras. Ficou feliz em saber. Ademar cumprimenta a todos e agradeceu os esclarecimentos do assessor jurídico. Ressaltou a importância da aquisição da área de terras para o município. Agradeceu aos ouvintes pela audiência e desejou um boa noite a todos. Neide cumprimentou a todos e iniciou parabenizando a internada juvenil do Tropeiro da Serra pela participação no Juvenart. Desejou um bom retorno às aulas a todos alunos e professores, tanto da rede municipal como da rede estadual. Que seja um semestre profícuo, com muito aprendizado, cultivando o respeito e uma educação de qualidade. Convidou a todos para a festa de São Roque em Arroio Canoas. Agradeceu ao senhor Marcelo Delazzari, proprietário da Manguoplast pela receptividade, menciona que seu grupo de vereadores realizou uma visita enriquecedora que reforçou a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento da comunidade. Desejou uma ótima semana. Claudir cumprimentou a todos e disse que muitas vezes acontecem discussões, mas é preciso analisar a questão como um todo. Destacou que finalmente Barão vai ter um parque, muitas coisas precisam ser melhoradas e adequadas, mas é um grande primeiro passo. Pedro Gilson complementou que a aquisição dessa área abre inúmeras possibilidades. Claudir comentou que fez o plantio de algumas mudas de árvores nativas e frutíferas na área que havia desmoroado na comunidade do Cafundó, ressaltando a importância de serem exemplos na questão das Leis. Apresentou os dados alcançados com o recolhimento das embalagens de agrotóxicos. Parabenizou a todos os envolvidos. Comentou que os trabalhos na comunidade de Vila Rica estão praticamente concluídos. Na comunidade do Cairú também foram realizadas melhorias, inclusive com a ampliação de um bueiro. Salientou também a obra de pavimentação asfáltica das comunidades de General Neto e Linha Camilo. Comentou ainda que existem alguns pontos que ainda precisam ser melhorados, mas os avanços são muitos. Sobre a rua Düren diz que existe um projeto a médio prazo de asfalto. Ressaltou a importância de valorizar os pais enquanto estão aqui. Deseja a todos uma boa semana. Jonas cumprimenta a todos e deseja um



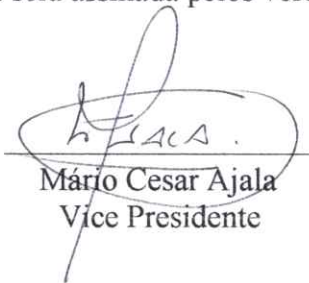
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

bom descanso a colega Neide e um bom retorno ao vereador Dalcir. Deseja a todos uma boa semana. Bernardino enaltece as colocações do colega Claudir e comenta que agora está definido o líder do Governo. Quanto a rua Düren diz que é preciso que todos trabalhem juntos em busca de uma solução e assim oferecer um acesso digno para a empresa Ortobrás. Enaltece a atitude do colega em plantar árvores e lembrou que há algum tempo atrás muitas árvores foram retiradas das calçadas, dizendo que na época foi dito que seria feito um reflorestamento. Não passou ainda pela Vila Rica após as melhorias, mas recebeu manifestações de que alguns moradores não estariam satisfeitos com alguns pontos, diz que vai se aprofundar no assunto. Claudir diz que em alguns pontos foi colocado saibro, mas ainda não foi passada a patrola. Bernardino diz estar contente pela questão estar sendo equacionada. Comenta que trinta e três por cento do Plenário é novidade, convida mais pessoas a participarem do processo. Sobre a área de terras diz que não é uma questão de ser contra ou a favor, muito pelo contrário, há trinta anos atrás já se falava nessa cobrança. Com certeza é um bom negócio para o município, inquestionável a questão. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos declarando encerrada a Sessão Ordinária do dia 04 de agosto de 2025. Assim sendo, lavro esta ata após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma.



Pedro Gilson Jahn
Presidente



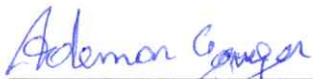
Mário Cesar Ajala
Vice Presidente



Luciano Ricardo Sandrin
Segundo Secretário



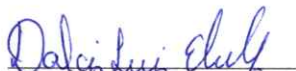
Dálitan Pasa
Vereadora



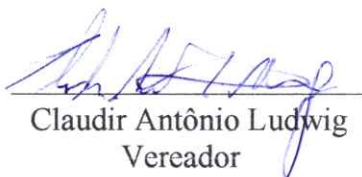
Ademar Gauger
Vereador



Bernardino Scuttá
Vereador



Dalcir Luis Ebeling
Vereador



Claudir Antônio Ludwig
Vereador



Jonas Rauschkolb
Vereador